



Sapopema Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de
2022 e 2021 e Relatório dos Auditores
Independentes

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	10
2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	11
3. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
5. PARTES RELACIONADAS.....	13
6. IMOBILIZADO.....	14
7. ATIVOS BIOLÓGICOS.....	15
8. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	18
9. FORNECEDORES.....	20
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	21
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
12. RECEITA DE VENDAS	24
13. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	24
14. RESULTADO POR AÇÃO.....	24
15. COBERTURA DE SEGUROS.....	24
16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sapopema Reflorestadora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sapopema Reflorestadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sapopema Reflorestadora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Sapopema Reflorestadora S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

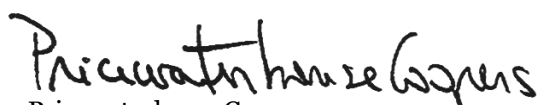
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Sapopema Reflorestadora S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.854	60.904	Fornecedores	9	22.476	16.787
Contas a receber - Partes Relacionadas	5	17.615	1.871	Fornecedores - partes relacionadas	5	6.474	2.505
Outros ativos		77	186	Passivo de arrendamentos	8	358	341
		60.546	62.961	Imposto de renda e Contribuição social correntes		1.702	1.259
				Outros passivos		1.859	929
						32.869	21.821
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	6	386.522	333.680	Passivo de arrendamentos	8	1.462	1.820
Ativos biológicos	7	429.328	319.458	Partes relacionadas		37	-
Direito de uso de ativos	8	1.694	2.057	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	6.481	4.886
		817.544	655.195			7.980	6.706
				Total do passivo		40.849	28.527
				Patrimônio Líquido	11		
				Capital social		578.199	498.199
				Reserva de lucros		259.042	191.430
						837.241	689.629
Total do ativo		878.090	718.156	Total do passivo e patrimônio líquido		878.090	718.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota Explicativa	1/1 à 31/12/2022	1/1 à 31/12/2021
Receita líquida de vendas	12	70.503	55.429
Varição do valor justo dos ativos biológicos	7	113.807	59.201
Custo dos produtos vendidos	13	(83.325)	(58.324)
Lucro Bruto		100.985	56.306
Despesas administrativas		(1.017)	(966)
Outras receitas / (despesas) operacionais		(1.671)	(1.137)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		98.297	54.203
Resultado financeiro		5.237	2.600
Receita Financeira		5.346	2.711
Despesa Financeira		(109)	(111)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		103.534	56.803
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(4.327)	(3.344)
Diferido	10	(1.595)	(747)
		(5.922)	(4.091)
Lucro líquido do exercício		97.612	52.712
Lucro básico/diluído por ação ON – R\$	14	0,3212	0,1884
Lucro básico/diluído por ação PN – R\$	14	0,3212	0,1884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	97.612	52.712
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	97.612	52.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapopema Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras individuais

Findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Reserva de lucros					Resultados acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de ativos biológicos	Reserva de investimento e capital de giro			
Em 31 de dezembro de 2020	318.199	4.867	130.254	29.792	-	483.112	
Aporte de capital	180.000	-	-	-	-	180.000	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.712	52.712	
Dividendos antecipados	-	-	-	-	(26.195)	(26.195)	
Realização da reserva de ativos biológicos	-	-	(33.863)	-	33.863	-	
Constituição de reserva legal	-	2.636	-	-	(2.636)	-	
Constituição de reserva de ativo biológico	-	-	57.377	-	(57.377)	-	
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	367	(367)	-	
Em 31 de dezembro de 2021	498.199	7.503	153.768	30.159	-	689.629	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	97.612	97.612	
Aporte de capital	80.000	-	-	-	-	80.000	
Dividendos pagos	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)	
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.881	(4.881)	-	
Constituição de reserva de ativo biológico	-	-	50.183	-	(50.183)	-	
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	12.548	(12.548)	-	
Dividendos propostos	-	-	-	30.000	(30.000)	-	
Em 31 de dezembro de 2022	578.199	7.503	203.951	47.588	-	837.241	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapopema Reflorestadora S.A.Demonstrações Financeiras individuais
Findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	1/1 à 31/12/2022	1/1 à 31/12/2021 reapresentado
Caixa líquido de atividades operacionais	66.859	65.321
Caixa gerado nas operações	71.426	55.762
Lucro líquido do exercício	97.612	52.712
Amortização do direito de uso	363	363
Provisão de juros de arrendamento	93	108
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(113.807)	(59.201)
Exaustão de florestas	85.570	61.033
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.595	747
Variações nos ativos e passivos operacionais:	(4.567)	9.559
Contas a receber - partes relacionadas	(15.744)	2.013
Outros ativos	109	(79)
Fornecedores	5.689	9.307
Fornecedores - partes relacionadas	4.006	(3.110)
Obrigações fiscais	4.052	3.289
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.679)	(1.861)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(134.475)	(178.118)
Aquisição de terras	(52.842)	(109.059)
Custo do plantio do ativo biológico	(81.633)	(69.059)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	49.566	153.371
Aporte caixa	80.000	180.000
Resultados pagos para os sócios	(30.000)	(26.195)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(434)	(434)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(18.050)	40.574
Saldo inicial de caixa e equivalentes	60.904	20.330
Saldo final de caixa e equivalentes	42.854	60.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Sapopema Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico (“Companhia”), foi constituída em 26 de julho de 2019 em conjunto com a Timber XII SPE S.A. (“TIMO”) e tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado do Paraná - PR.

A Klabin S.A. realizou aportes de 11 mil hectares de florestas plantadas com valor de custo de R\$ 83.198 e detém posição acionária de 14% da Companhia, composto por 83.198.717 ações ordinárias. A TIMO realizou aportes de R\$ 495.000 e detém posição acionária de 86% da Companhia, composto por 80.062.454 ações ordinárias e 140.679.315 ações preferenciais.

A Klabin detém 51% do capital votante e 14% do capital total da Companhia, enquanto a TIMO detém o restante do capital, sendo que esta pode eleger membros no Conselho de Administração e participando em determinadas decisões da Companhia com direito de voto, inclusive em situações que exijam fórum qualificado.

A Klabin S.A. terá o direito de preferência na compra da produção florestal da SPE, entre outros direitos típicos para os acionistas controladores de uma Companhia dessa natureza.

A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes a TIMO, em opção facultativa a ser exercida entre 2030 e 2037, conforme condições comerciais previstas em acordo de acionistas, levando em consideração o capital investido pela TIMO e o retorno obtido no período até o exercício da opção.

1.1 Declaração de conformidade

A emissão dessas demonstrações financeiras da Sapopema Reflorestadora S.A. foi aprovada pela diretoria financeira e autorizada para emissão em 10 de março de 2022.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2 – item b).

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo através do resultado no caso de ativos e passivos financeiros, e ativos biológicos.

Algumas rubricas para as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ora apresentadas na Demonstração do Fluxo de Caixa, foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as informações financeiras condensadas em 31 de dezembro de 2022.

O Montante de imposto de renda e contribuição social correntes apresentado anteriormente como “Caixa Gerado nas operações” foi reclassificado para o grupo de “Variações nos ativos e passivos operacionais” na linha de obrigações fiscais não havendo impacto no saldo final de caixa e equivalentes.

	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021 reapresentado
Caixa Gerado nas operações			
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.922	(2.922)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Obrigações fiscais	367	2.922	3.289

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade

de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

Nota Explicativa	Estimativas / Julgamentos críticos
10	imposto de renda e contribuição social diferidos
6	revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado
7	ajuste a valor justo dos ativos biológicos
15	mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração / Aprimoramento
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CP 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements / IFRS - Practice Statements</i>	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements / IFRS - Practice Statements</i>	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 8 - <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i>	Norma não aplicável para a Companhia	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.	a partir de 1º de janeiro de 2023

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

Até 31 de dezembro de 2022, foram aprovados, por meio de reuniões extraordinárias, aumentos de capital subscritos e integralizados pela TIMO para compra de florestas, conforme segue:

Acionista	Tipo	Data	R\$	Ações ordinárias (ii)	Preço unitário	Ações preferenciais	Preço unitário
Klabin (i)	Aumento de capital	28/02/2019	54.873	54.872.591	1,00	-	-
Timo	Aumento de capital	28/02/2019	185.000	51.058.086	1,00	71.128.513	2,59
Timo	Aumento de capital	25/03/2020	50.000	-	-	-	-
Klabin (i)	Aumento de capital	28/05/2020	28.326	28.326.126	1,00	-	-
Timo	Aumento de capital	03/02/2021	50.000	29.004.368	1,00	6.321.605	3,32
Timo	Aumento de capital	20/05/2021	50.000	-	-	15.054.570	3,32
Timo	Aumento de capital	11/10/2021	80.000	-	-	24.087.314	3,32
Timo	Aumento de capital	03/03/2022	30.000	-	-	9.032.742	3,32
Timo	Aumento de capital	08/04/2022	30.000	-	-	9.032.742	3,32
Timo	Aumento de capital	12/12/2022	20.000	-	-	6.021.829	3,32
			578.199	163.261.171		140.679.315	

(i) Aporte em ativos biológicos.

(ii) A Companhia possui participação em ações ordinárias maior que 50%, correspondentes ao capital votante e que conferem direito a voto e participação nas decisões da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da SPE é de R\$ 578.199, divididos em 163.261.171 ações ordinárias e 140.679.315 ações preferenciais. A TIMO possui 49% do capital votante e 86% do capital total. A Klabin detém 51% do capital votante e 14% do capital total da SPE (51% do capital votante e 17% do capital total em 31 de dezembro de 2021).

Em reunião extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.000, sendo R\$ 7.784 para Klabin S.A. e R\$ 22.216 para a TIMO.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	9	-
Aplicações em moeda nacional	42.845	60.904
Total de caixa equivalentes	42.854	60.904

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras compreendem Fundo de Renda Fixa Referenciado DI com rentabilidade média de remuneração anual de 102,20% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. PARTES RELACIONADAS

		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
		<u>Ativo/ Passivo</u>	<u>Receita líquida de vendas</u>	<u>Ativo/ Passivo</u>	<u>Receita líquida de vendas</u>
Contas a receber / resultado					
Klabin S.A.	(i)	17.615	70.503	1.871	55.429
Contas a pagar - Klabin S.A.					
Taxa de gerenciamento	(ii)	6.511	-	2.505	-

- (i) Venda de madeira a preços e prazos (45 dias) nas condições estabelecidas entre as partes.
- (ii) Custo previsto em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas.

Prática contábil

As transações com partes relacionadas são referentes a venda de madeira a preços e prazos e preços estabelecidos entre as partes, assim como, a restituição de custo prevista em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas.

A Companhia não possui histórico de perdas em seus recebíveis e avalia anualmente a perda esperada levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, eventual aumento em seu risco de crédito e a existência de ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2021. Considerando, a característica de seus recebíveis a Companhia não constituiu provisão para perdas de crédito esperadas ("PPCE") em 31 de dezembro de 2022 .

6. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo contábil de imobilizado era composto em sua totalidade de terras da Companhia no montante de R\$ 386.522 (R\$ 333.680 em 31 de dezembro de 2021) correspondente a 17 mil hectares de área total (17 mil hectares em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, não houve ativo imobilizado que estivesse registrado por valor contábil acima de seu valor de recuperação.

Prática contábil

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

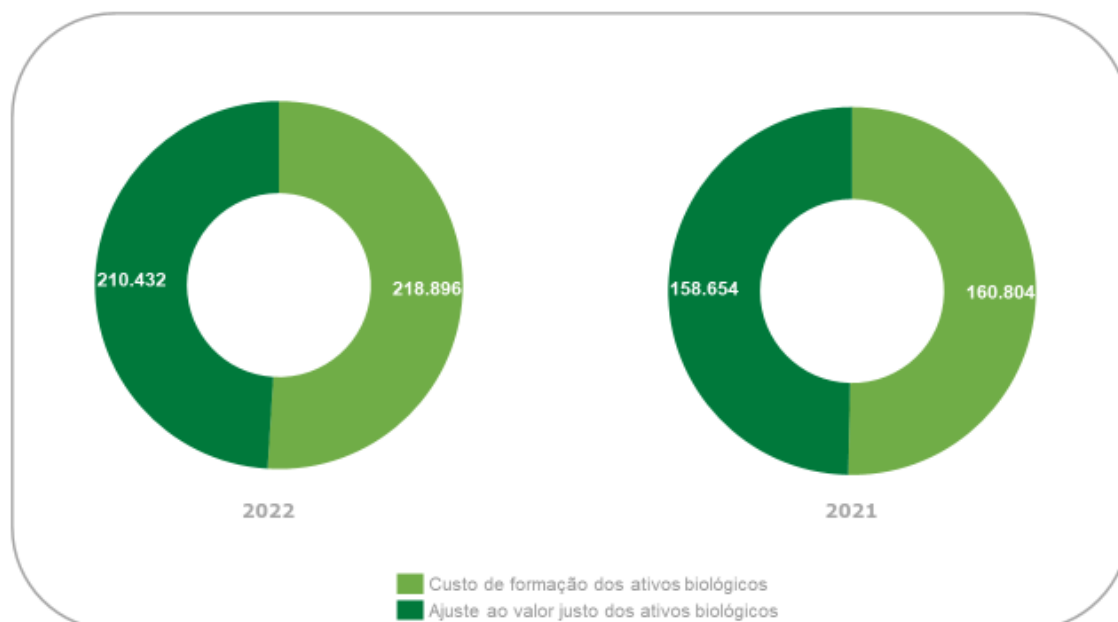
A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia e são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificada necessidade de provisão para *impairment*.

7. ATIVOS BIOLÓGICOS

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:



Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 19 mil hectares de florestas plantadas (17 mil hectares em 31 de dezembro de 2021), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificada necessidade de provisão para *impairment*.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

- (ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- (iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, como referência do setor, é revisada anualmente pela Administração dentro do processo orçamentário ou na medida que houver situações que exijam tal revisão;
- (v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;
- (vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;
- (viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício;
- (ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

Saldo em 31 de dezembro de 2020	252.231
Plantio	69.059
Exaustão:	(61.033)
Custo histórico	(26.094)
Ajuste ao valor justo	(34.939)
Variação de valor justo por:	59.201
Preço	79.783
Crescimento	(20.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	319.458
Plantio	81.633
Pinus	32.062
Eucalipto	49.571
Exaustão:	(85.570)
Custo histórico	(23.540)
Pinus	(6.798)
Eucalipto	(16.742)
Ajuste ao valor justo	(62.030)
Pinus	(29.833)
Eucalipto	(32.197)
Variação de valor justo por:	113.807
Preço	82.272
Pinus	64.238
Eucalipto	18.034
Crescimento (i)	31.535
Pinus	8.986
Eucalipto	22.549
Saldo em 31 de dezembro de 2022	429.328

(i) Além do efeito de crescimento da floresta em razão da proximidade de seu corte, corresponde aos ajustes decorrentes das premissas que afetam o valor justo do ativo biológico, tais como revisão de plano de corte, tabela de produtividade, alteração de taxa de desconto, alteração de custos administrativos, dentre outros.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

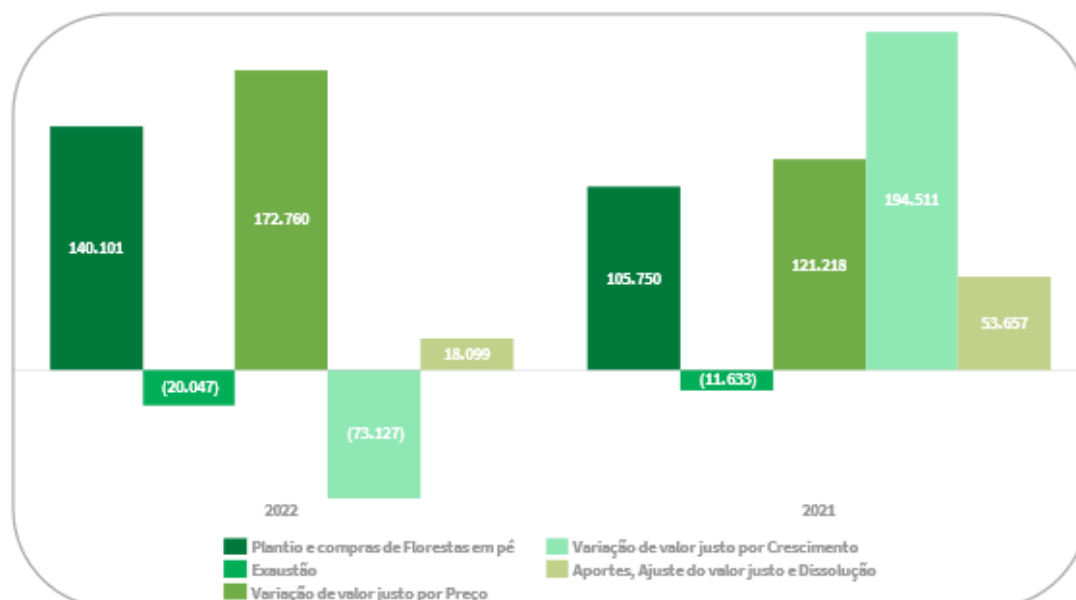
Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada, já a taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e níveis de inflação.

Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decréscimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2022 foi equivalente a R\$92/m³ (R\$93/m³ em 31 de dezembro de 2021).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de 2022 o custo médio de capital ponderado é 8,26% em moeda constante (5,34% em 31 de dezembro de 2021).

A variação de todos os eventos relacionados ao ativo biológico, foi proporcionalmente maior devido ao projeto de expansão florestal.

As principais premissas - taxa de desconto e preço bruto médio de venda de pinus e eucalipto - destacam-se como sendo as de maior influência gerando aumentos ou reduções que resultam em ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.



A variação do valor justo dos ativos biológicos foi justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação média positiva de 92%, reconhecida na rubrica "variação do valor justo dos ativos biológicos" na demonstração de resultado do exercício.

Prática contábil

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 15 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício/período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

8. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

8.1 Premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas com Vendas"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

(i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.

(ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.

(iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

(iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.

(v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

(vi) a taxa incremental de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi calculada com base nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. As taxas para as operações de arrendamento de terras florestais e imóveis administrativos e galpões comerciais para contratos firmados no exercício de 2022 são de 8,06% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, de 9,15% para vencimento de 6 a 10 anos, de 9,64% para vencimentos de 11 a 15 anos, de 10,15% para vencimentos de 16 a 20 anos e de 10,52% para vencimento acima de 20 anos, além de 7,93% ao ano para operações que envolvam máquinas e equipamentos;

(vii) A remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (*reset*), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos relacionados à separação de componentes nos contratos de arrendamento, assim como não existem impactos sobre os custos diretos iniciais atrelados aos contratos na mensuração do ativo.

8.2 Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

A Companhia possui 1.404 mil hectares de terras arrendadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Direito de uso dos ativos	31/12/2021	Amortização	31/12/2022
Terras	2.057	(363)	1.694
Total no ativo	2.057	(363)	1.694

Passivos dos arrendamentos	31/12/2021	Encargos Financeiros	Pagamentos	Trans. CP/LP	31/12/2022
Passivo circulante	341	93	(434)	358	358
Passivo não circulante	1.820	-	-	(358)	1.462
Total no passivo	2.161	93	(434)	-	1.820

Direito de uso dos ativos	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Terras	2.420	(363)	2.057
Total no ativo	2.420	(363)	2.057

Passivos dos arrendamentos	31/12/2020	Encargos Financeiros	Pagamentos	Trans. CP/LP	31/12/2021
Passivo circulante	326	108	(434)	341	341
Passivo não circulante	2.161	-	-	(341)	1.820
Total no passivo	2.487	108	(434)	-	2.161

Não tivemos adições e baixas no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Prática contábil

De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício, na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"). As despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos são alocadas no "Resultado financeiro".

9. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 22.476 (R\$ 16.787 em 31 de dezembro de 2021), referente à aquisição de terras e aos serviços de manutenção das atividades florestais.

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

10.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia permanece na sistemática do Lucro Presumido para determinação do IRPJ e CSLL. A base do lucro tributável é definida mediante aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12% sobre receita de vendas, para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) respectivamente. Os demais rendimentos auferidos pela Companhia são objeto de tributação pelo IRPJ e CSLL sem aplicação dos percentuais de presunção. Sobre essas bases são aplicadas as mesmas alíquotas do IRPJ e CSLL que se aplicam no regime do Lucro Real. A despesa de IRPJ e CSLL correntes podem ser assim demonstradas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de vendas	74.765	74.765	58.779	58.779
(-) Devoluções	-	-	-	-
Receita operacional	74.765	74.765	58.779	58.779
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo - imposto de renda e contribuição social	5.981	8.972	4.702	7.053
Rendimentos financeiros e outros	6.025	6.025	4.580	4.580
Base de cálculo - após acréscimos	12.006	14.997	9.282	11.633
% de tributos	15%	9%	15%	9%
Tributo calculado sem adicional	1.801	1.349	1.392	1.047
Base de cálculo do adicional 10% do IR	11.766	-	9.052	-
% do adicional de IR	10%	-	10%	-
Tributo calculado com adicional	1.177	-	905	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.978	1.349	2.297	1.047

b) Imposto diferido

Os tributos diferidos passivos referem-se aos tributos sobre o ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, uma vez que a tributação ocorre somente quando da venda da madeira. Em razão da Companhia ser optante pela sistemática do Lucro Presumido nos anos de 2021 e 2022, a alíquota efetiva de IRPJ e CSLL aplicada para cálculo do diferido sobre o valor justo dos ativos biológicos é de, respectivamente, 2,00% e 1,08% que, por sua vez, se referem à alíquota destes tributos após aplicadas às alíquotas de presunção correspondente à sua atividade.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido - ativo biológico	4.208	3.173
Contribuição social diferido - ativo biológico	2.273	1.713
Passivo não circulante	6.481	4.886

Abaixo os montantes relativos a reversão de diferenças temporárias no resultado operacional da Companhia.

	1/1 à 31/12/2022	1/1 à 31/12/2021
Imposto de renda diferido - ativo biológico	(1.036)	(485)
Contribuição social diferido - ativo biológico	(559)	(262)
Resultado total de imposto diferido	(1.595)	(747)

Prática contábil

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido, passando a calcular o Imposto de Renda (IRPJ) tomando como base 8% da receita bruta de vendas e 100% da receita financeira; e calculando a Contribuição Social (CSLL) tomando como base 12% da receita de vendas e 100% da receita financeira. A opção pelo regime tributário é anual.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

A Companhia registra imposto diferido sobre o valor justo de ativo biológico por entender com base no conceito do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, como uma demonstração de um imposto contábil (não caixa), oriundo do reconhecimento do ajuste ao valor justo como uma diferença temporária. Apesar da Companhia optar pelo regime tributário do lucro presumido, para o qual não há incidência de imposto diferido, uma vez que a tributação se dá somente quando da venda da madeira, o valor justo de ativo biológico, cujos os efeitos são reconhecidos no resultado ao longo do período de crescimento da floresta, conforme divulgado na nota explicativa 7, será base para tributação do imposto corrente, apenas quando da emissão da nota fiscal de venda, quando da comercialização da madeira, o que usualmente ocorre após a floresta estar madura, ou seja, entre 7 a 14 anos. Desta forma, a um descompasso caso a Companhia não efetue o imposto diferido sobre o valor justo do ativo biológico ao longo do período em que o mesmo impacta o resultado da Companhia, haverá um descompasso na taxa efetiva quando do comento da tributação da receita presumida.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício/período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício, até o limite do imposto a pagar.

11.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 578.199 (R\$ 498.199 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) dividido em 303.940.486 ações (279.853.173 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscritas e integralizadas. As ações da Companhia estão divididas em 163.261.171 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (163.261.171 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), e 140.679.315 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal (116.592.002 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de investimento e capital de giro

Constituída por parcela variável de 5% a 35% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente.

d) Reserva de ativos biológicos

Em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos, a Companhia, optou por constituir uma reserva de ativos biológicos, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foi realizado econômica e financeiramente.

O valor a ser utilizado para a constituição da reserva de ativos biológicos será limitado ao saldo da conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

A reserva de ativos biológicos será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados para contrapor a despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos contra o saldo em Lucros Acumulados.

e) Destinação dos lucros e dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais.

De acordo com Estatuto Social da Companhia, é atribuído aos acionistas a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório não inferior a 65% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado pela constituição, realização e reversão das Reservas de Ativos Biológicos e da Realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	97.612	52.712
(-) Constituição de reserva legal	(4.881)	(2.636)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos	(50.183)	(57.377)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos	-	33.863
(=) Lucro base para distribuição	42.548	26.562
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (65%)	27.656	17.265
Dividendos intercalares distribuídos		
(-) Dividendos distribuídos	-	(26.195)
(-) Dividendos distribuídos com reserva de lucros	(30.000)	-
(-) Constituição de investimento e capital de giro	(12.548)	(367)
(=) Lucro retido	-	-

12. RECEITA DE VENDAS

A totalidade da receita de vendas da Companhia é oriunda de venda de madeira para a sócia Klabin S.A.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de vendas	74.765	58.779
Impostos sobre vendas	(4.262)	(3.350)
Receita líquida de vendas	70.503	55.429

Prática contábil

De acordo com o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes / IFRS 15, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos.

As receitas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período. A principal receita da Companhia refere-se à venda de madeira. A receita é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega da madeira para os compradores.

13. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

A custo dos produtos vendidos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 83.325 (R\$ 58.324 em 31 de dezembro de 2021), composto pela exaustão do ativo biológico (nota 6) e outros insumos para manutenção das atividades florestais.

Prática contábil

As despesas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período.

14. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais - PN da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo demonstram a reconciliação do resultado apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	ON	PN	TOTAL	ON	PN	TOTAL
Lucro líquido do exercício	52.432	45.180	97.612	30.751	21.961	52.712
Quantidade de ações circulantes	163.261	140.679	303.940	163.261	116.592	279.853
% de ações em relação ao total	54%	46%		58%	42%	
Resultado por ação básico e diluído	0,3212	0,3212		0,1884	0,1884	

15. COBERTURA DE SEGUROS

Mesmo considerando a distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos da floresta, a Companhia mantém contratado uma apólice de Seguro para todas as suas bases florestais no Brasil. A apólice traz diversas coberturas de seguros, tais como, incêndio, queda de raio, explosão, queda de aeronaves, vendaval, como também, eventos meteorológicos, como granizo, ventos frios, geada, seca e chuvas excessivas. A contratação não isenta a Klabin em dar continuidade com todas as

políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais, estão ainda mais adequadas para a continuidade operacional.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, dos quais está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. As operações da Companhia são gerenciadas pela mesma e a administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, políticas e estruturas de controles da referida sócia "Klabin S.A."

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços no mercado. A Companhia está exposta ao risco quanto a flutuação do CDI indexado em suas aplicações financeiras.

O aumento (diminuição) da taxa de juros, se por um lado gera ganho (perda) nas aplicações financeiras, por outro, gera perdas (ganhos) nos ativos biológicos por conta do aumento (diminuição) da taxa de desconto.

b) Risco de aplicação de recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, com valores descritos na Nota explicativa 3.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, desde que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa e equivalentes de caixa aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de *rating* Fitch e *Moody's* das instituições financeiras:

	31/12/2022	31/12/2021
<i>Rating</i> nacional AAA(bra)	42.854	60.904
Total de recursos	42.854	60.904

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos pelo planejamento de sua liquidez financeira, garantindo que haja recursos disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de caixa e equivalentes de caixa é suficiente para o cumprimento das obrigações registradas no balanço, bem como a Companhia conta com adiantamentos da controladora para fornecimento futuro de madeira, caso necessário.

d) Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3), e pelo saldo do patrimônio líquido (Nota explicativa 10), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	42.854	60.904
Patrimônio líquido	837.241	689.629
Índice de endividamento líquido	0,05	0,09

e) Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito quanto às aplicações financeiras mantidas no balanço. O controle ao risco corresponde na utilização de políticas para aprovação das operações que serão pactuadas, assim como o *rating* das instituições financeiras conforme a classificação da agência Fitch.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo aplicado é mantido em instituições com *rating* nacional AAA (bra).

f) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	42.854	60.904
Contas a receber de clientes (líquido de PPCE)	17.615	1.871
Outros Ativos	77	186
Total	60.546	62.961
Passivo		
Fornecedores	28.950	19.292
Passivo de arrendamentos	1.820	2.161
Total	30.770	21.453

Os saldos registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado dos exercícios.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de taxa de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2022, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

A Companhia tem aplicações financeiras atreladas a taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou a taxa vigente em data próxima da apresentação das referidas demonstrações financeiras, para a projeção do cenário I. Para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

	Saldo 31/12/2022	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (A)	Ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	Ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	Ganho (perda)
Caixa e equivalentes de caixa (CDI)	42.854	13,65%	5.850	17,06%	1.462	20,48%	2.925
Efeito líquido no resultado financeiro	42.854		5.850		1.462		2.925

Sapopema Reflorestadora S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



SAPOPEMA REFLORESTADORA S.A.

CNPJ Nº 31.371.665/0001-35

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Artemio Totti – Presidente
Marcos Paulo Conde Ivo
Matheus Moura

DIRETORIA

Darlon Orlamunder – Diretor Presidente
Ricardo Sartório – Diretor Financeiro

CONTADORA

Ana Paula Marzano Cerqueira
CRC 1SP 204.118/O-1